



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO - MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - São Paulo; No Nordeste escreva para CAIXA POSTAL Nº 221 - Fortaleza - Ceará - CEP 60001-970
ANO V - nº 70 - 1ª quinzena de junho de 1994 - CR\$ 500,00 - Solidário CR\$ 1.000,00

A onda grevista de maio foi sufocada graças à política de conciliação de classes desenvolvida pelo reformismo.

Defendamos a unificação das lutas contra o plano FHC e o arrocho causado pelo estouro dos preços!

Lutemos pela independência de classe das organizações de massa!

Abaixo o reformismo eleitoreiro que bloqueia a luta unitária!

O reformismo está entregando as lutas. O PT vai assumindo cada vez mais as posições de conciliação com uma fração do capital nacional e do imperialismo.

Os trabalhadores devem votar nulo contra os partidos burgueses, contra o reformismo e em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário.

Abaixo a imposição do Supremo Tribunal Federal declarando as greves dos servidores abusivas (ilegais)!

Defendamos o direito irrestrito de greve com a ação direta e unitária!

Não permitamos que os sindicatos sejam submetidos à legislação burguesa!

**Fora com Espiridião Amin e o PPR de Maluf!
Que os trabalhadores possam decidir livremente sobre sua organização!**

Que rejeitem o eleitoralismo e coloquem os sindicatos a organizarem a luta unificada contra o arrocho salarial e o desemprego causados pelo plano FHC!

Dar unidade ao movimento grevista

A onda de greves que aconteceu em maio tinha um elemento geral: as greves eram todas voltadas contra

o arrocho salarial causado pelo plano FHC. Reivindicavam índices muito próximos, de 35% a 37% de reposição das perdas. Grande parte do funcionalismo, os trabalhadores em transportes de várias cidades do país e muitas fábricas isoladas e categorias do movimento operário se mobilizaram contra o arrocho do congelamento dos salários em URV. As greves eram em geral combativas, com grande índice de adesão, longas (com vários dias de duração)

e em geral não conquistaram mais que migalhas ou, até, nenhum ganho salarial.

O fato é que apesar de acontecerem quase todas ao mesmo tempo, terem reivindicações comuns e se voltarem todas contra o mesmo inimigo, permaneceram isoladas, divididas. As direções, se em muitos casos não conseguiram impedir a paralisação, em todos eles conseguiram manter o movimento dividido. Perdeu-se uma excelente chance de iniciar uma luta nacional de massa contra o plano FHC ou Real, que poderia levar à Greve Geral.

A defesa da unidade não é apenas uma teimosia dos revolucionários. Trata-se de uma necessidade objetiva do movimento. Na conjuntura atual, em que os governos estão batendo firme contra as greves e os capitalistas utilizam das de-

missões em massa para intimidar os trabalhadores e aumentar a exploração do trabalho, há necessidade objetiva de unificar as lutas contra o inimigo comum. O próprio movimento já lançou bandeiras que permitem a unificação.

O obstáculo está no corporativismo e eleitoralismo das direções reformistas. Ora mantêm a divisão do movimento para não perderem o controle da mobilização, ora canalizam a tendência de luta para a questão eleitoral, ora atenuam a radicalização do movimento para que este não se choque diretamente contra o Estado e a democracia burguesa.

Os trabalhadores precisam rejeitar a linha de conciliação de classe dessas direções, exigir a unificação das lutas num movimento nacional contra a opressão nacional e social.

Nacional

A inflação se acelera com o plano FHC

A onda de greves em maio mostrou que uma grande parte da população percebeu as perdas salariais impostas pelo plano FHC. O fato mais sentido pelos assalariados é a constatação de que, enquanto os salários estão congelados em URV, os preços sobem livremente. O Procom de São Paulo avalla que já existe uma inflação média acumulada de 17% em URV (acima da inflação oficial). Essa superinflação é maior nos preços dos produtos alimentícios e de primeira necessidade como arroz, feijão, carne, verduras, ovos, leite e derivados, batata, óleo etc. A FIPE já tinha avallado saltos de preços nesses produtos de 30 até 150% em URV.

Num encontro de executivos de supermercados na última semana de maio, Abílio Diniz, dono da rede de supermercados Pão-de-Açúcar, ainda defendeu mais reajustes, acima da inflação. Segundo Diniz, os preços dos supermercados estão desalinhados e alguns deles defasados. Desalinhados porque encontra-se os mesmos produtos em supermercados diferentes com preços que variam de 12% a 209%. E defasados porque os preços eram construídos baseados no fato dos supermercados receberem à vista dos consumidores e pagarem à prazo os produtores, aplicando o dinheiro no mercado financeiro. O que Abílio Diniz quer de verdade é igualar pelo topo as diferenças de preços e manter os altíssimos lucros obtidos no mercado financeiro com inflação de 50% ao mês embutindo esses ganhos nos custos das mercadorias.

Os donos de supermercados sabem que o plano FHC cria uma tendência recessiva no comércio de gêneros de primeira necessidade, por-

que reduz os salários. Isso já está sendo sentido desde agora: houve queda de 8% nas vendas do comércio no mês de abril, o pior desempenho nos últimos dez anos. Os capitalistas pretendem garantir seus lucros elevando às alturas os preços.

Aluguéis, planos de saúde e inflação em alta

O governo ainda não decidiu qual política adotará em relação aos aluguéis. As propostas variam desde a média dos últimos 6 ou 4 meses até a conversão pelo pico, pelo reajuste mais alto. De qualquer forma, os aluguéis serão elevados em média e os aluguéis novos estão custando em torno de 5 salários mínimos. Os economistas já estão afirmando que é impossível ter inflação zero em julho com tantos aumentos já programados. Esperam uma inflação entre 3% e 5%. Os salários permanecerão congelados até maio de 1995, sendo corroídos mês a mês pela inflação em Real.

Os planos de saúde foram reajustados em 17% em URV, ou seja, acima da inflação. As escolas privadas estão impondo contratos que garantem aumentos de mensalidades em Reais.

O próprio governo reconhece que haverá inflação em Real, porque manterá a UFIR para correção de impostos atrasados.

Como se vê, a única coisa que ficará congelada são os salários. Os assalariados já perceberam isso e estão indo à luta. Mas ainda falta a centralização e unificação. O obstáculo são as direções reformistas e burocráticas, que se opõem à generalização da luta contra o governo.



Crise nas campanhas burguesas

O candidato anti-Lula Fernando Henrique Cardoso tem caído nas pesquisas eleitorais. Sua principal bandeira de campanha, o plano FHC, está bastante desgastada diante das massas, que perceberam que apenas os salários estão congelados. E sua aliança com o PFL vive de crise atrás de crise.

A cúpula do PFL já havia combinado tudo com Sarney. O ex-presidente indicou o vice da chapa de FHC, o PSDB concordou em apoiar Roseane Sarney ao governo do Maranhão e seu pai aguardava o momento mais oportuno para declarar seu apoio a Fernando Henrique. Mas o senador Mário Covas disparou uma série de críticas contra Sarney e abriu uma crise com a aliança que quase levou o vice de FHC à renúncia.

O PSDB da Bahia, insatisfeito com a aliança com o PFL, que é seu adversário no estado, negociou com o PT o apoio a Lula em troca do

apoio petista a Jutahy Magalhães do PSDB ao governo baiano. Tudo acertado, Fernando Henrique não poderá subir nos palanques do PSDB baiano, que serão ocupados por Lula, mas terá que apoiar-se nos de Antônio Carlos de Magalhães, do PFL. E o PT apoiará o reacionário Jutahy ao governo baiano.

O PMDB ainda não conseguiu convencer a maioria do poder econômico que Fernando Henrique não será capaz de vencer Lula nas eleições, mas também não consegue se desvencilhar das inúmeras denúncias de corrupção que lhe pesam. Nenhum nome de peso do PMDB disputou a vaga de vice na chapa de Quércio, porque seria trocar uma eleição quase certa no parlamento ou nos estados por uma grande incerteza na campanha presidencial. O impasse se resolveu inscrevendo uma candidata cuja qualidade política é ser mulher do governador Íris Resende. A mulher

não tem nenhuma experiência administrativa, nenhuma capacidade oratória. É um tapa buraco.

A crise nas candidaturas burguesas é expressão da divisão burguesa que se acentua diante da desorganização econômica crescente e da imposição do neoliberalismo que levará à quebra de vários segmentos da economia nacional. Essa tendência tende a se acentuar, porque a crise não dá sinais de que será controlada a curto prazo.

O proletariado precisa construir seu partido para varrer com a política burguesa, que tem como finalidade manter a exploração de classe.

Nacional

A proibição das greves do funcionalismo

A onda grevista de maio, contra o plano FHC e principalmente no funcionalismo público, levou o Supremo Tribunal Federal a criar uma interpretação da Constituição que permita aos governantes pedirem a declaração das greves no funcionalismo como abusivas.

A Constituição de 1988 diz que os servidores públicos têm direito à greve. Mas ainda não foi regulamentada. Assim, os juizes do STF, à serviço da burguesia, declararam que interpretarão essa lei como inválida até a regulamentação, ou seja, vão declarar as greves no funcionalismo ilegais.

Essa atitude do STF está inserida num quadro que aponta para um agravamento da repressão do Estado sobre os movimentos grevistas. A ocupação dos prédios da Polícia Federal em todo o país pelo exército aponta na mesma direção.

Diante do ascenso do movimento, que começa a sair ao controle da burocracia sindical, a burguesia pretende utilizar cada vez mais da força repressiva do Estado contra as greves e ocupações.

Os burocratas reformistas estão chamando o movimento a adquirir uma feição menos radical, para não atrapalhar o curso da normalidade democrática antes das eleições. Lula chegou a criticar de Nova Iorque o radicalismo do movimento dos funcionários federais.

A justiça burguesa é um instrumento da burguesia para manter sua dominação de classe e garantir a aplicação das determinações de suas instituições sobre as massas. Os trabalhadores não devem aceitar a imposição da justiça burguesa que pretende coibir as greves. O direito de greve só pode ser conquistado através das lutas, através da própria greve.

A defesa do direito de greve deve partir do conjunto dos trabalhadores. A CUT e os sindicatos de trabalhadores nas empresas privadas e públicas, assim como os movimentos populares e estudantil precisam se colocar na defesa do direito de greve.

A burguesia inicia essa ofensiva através da legislação porque se encontra profundamente dividida, sem condições de enfrentar em conjunto o movimento grevista. Pretende inibir as direções dos movimentos ameaçando-lhes com a ilegalidade das greves.

O recuo diante da ofensiva legislativa burguesa abrirá caminho à repressão aberta contra os movimentos.



Lula pode ou não usar os carros de som dos sindicatos?

Nacional

O Congresso Nacional da CUT teve como um de seus temas centrais a discussão sobre as eleições presidenciais. De um lado, as correntes de esquerda que defendiam que a CUT apoiasse formalmente Lula e colocasse o aparelho da Central e dos sindicatos a fazerem campanha eleitoral. De outro, a Articulação, que defendia que não se aprovasse formalmente nenhum apoio a Lula, mas que evidentemente o faria de maneira informal. Vencida a questão, Vicentinho veio a público fazer demagogia dizendo que a CUT não apoiaria este ou aquele partido, porque era uma entidade pluralista etc. No dia seguinte, os caminhões do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo eram ocupados por Lula para fazer comício eleitoral nas portas de fábrica, juntamente com Vicentinho.

A atitude dos petistas foi logo criticada na

imprensa e o candidato estilingue Espiridião Amin pediu a cassação da candidatura de Lula por infringir a legislação eleitoral, que proíbe o uso dos sindicatos nas campanhas eleitorais. O candidato do PPR, que ao que parece se lançou com o único objetivo de atacar Lula e apoiar FHC no segundo turno, aproveitou-se para cumprir seu papel de atirador de pedra.

O PT recuou e, para seguir à risca o que determina a legislação burguesa, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal um recurso para que os sindicatos fossem tratados da mesma forma que empresas particulares e pudessem apoiar candidatos através dos chamados bônus eleitorais. Vicentinho iniciou uma vaquinha entre os metalúrgicos para comprar um carro de som para Lula usar.

Uso dos sindicatos

Os sindicatos são organizações criadas pelo movimento operário para se defenderem da superexploração do trabalho. Por isso têm um caráter de massa, aberto à participação de todos os elementos de uma mesma categoria, independentemente de sua posição político-partidária. São instrumentos de frente de luta de massa. Quando são utilizados para a política

burguesa, tornam-se instrumentos que já não impulsionam mais a luta, mas bloqueiam-na, desviando os trabalhadores para as ilusões do jogo eleitoral burguês. Uma direção revolucionária colocaria os sindicatos a impulsionarem a ação direta das massas rumo à destruição do capitalismo, e denunciaria as eleições como meio da burguesia enganar as massas e manter sua dominação de classe. Por isso somos contra a utilização dos sindicatos como aparelhos de campanha eleitoral.

Defendemos também a liberdade sindical, ou seja, o direito dos trabalhadores decidirem sobre suas organizações livremente das imposições da legislação burguesa. Por isso nos colocamos contra o ataque do PPR de Espiridião Amin ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Os trabalhadores podem decidir que o seu sindicato vai apoiar Lula e se assim fizerem têm todo o direito. O POR se colocará em assembléa contra o uso eleitoral do sindicato e mais especificamente ainda contra a candidatura que expressa a frente popular, a conciliação de classes que bloqueia a luta e entrega o destino dos trabalhadores às negociações no parlamento. Que os trabalhadores possam julgar e decidir livremente.

Aumenta o desemprego em São Paulo

A indústria paulista demitiu mais 5.893 trabalhadores na segunda semana de maio. Só nessa semana demitiu-se quase o mesmo tanto que no mês de abril inteiro (5.972 demissões). Só nessa semana, o nível de emprego caiu 0,25% em relação à anterior.

O nível de emprego acumula redução de

1,86% neste ano, com corte de 43.774 empregos. Em 12 meses, a queda é de 2,82%, ou menos 66.837 trabalhadores empregados.

As quedas mais intensas ocorreram nos segmentos de fiação e tecelagem (5,44%), material ferroviário e rodoviário (0,73%), papel, papelão e cortiça (0,54%) e massas e biscoitos (0,53%).

A onda de desemprego aumentou recentemente com a retração no mercado, causada pelo arrocho salarial da urvização dos sa-

lários. A queda histórica de vendas em abril, a pior marca em dez anos, é a causa da aceleração do desemprego.

A luta pelo emprego está diretamente ligada à luta pelos salários. As greves e as ocupações com resistência e a unidade entre empregados e desempregados são as armas para os trabalhadores enfrentarem o desemprego e o arrocho salarial. Trata-se de exigir que a CUT chame a campanha nacional de luta.

Mais falcatruas do governo Quércia/Fleury

As denúncias contra o Baneser (Banespa Serviços Técnicos e Administrativos S/A), transformado em 1987 em cabide de emprego do quercismo, vem assumindo grandes proporções. O Baneser é a máquina das promessas de emprego assumidas em campanhas eleitorais. Para isso, o Baneser arrumou emprego para 18 mil servidores. São funcionários contratados para servir a administração direta e indireta do Estado. Não há concursos, nem licitações, mas sim um processo seletivo fechado. Como se sabe, o que vale é o apadrinhamento. Conta na lista dos privilegiados a mulher do ex-secretário de política econômica do ministério da fazenda Antônio Khandir; ex-delegado geral de polícia do governo Quércia; Antônio Carlos Rios Corral, primo de Quércia; Lilico, irmão de Fleury etc.

Como se vê, na alta cúpula do Baneser estão os cabos eleitorais de Quércia e Fleury. Basta lembrar que Lilico, funcionário do Baneser, foi contratado por Fleury para a CESP, com todas as regalias e se encontra comissionado no Palácio dos Bandeirantes. Esse é um dos exemplos da corruptela.

Os escândalos no caso Israel, envolvendo Quércia/Fleury e agora o do Baneser são amostras da corrupção dos governos. São eleitos utilizando todo tipo de roubo do dinheiro público e se mantêm no poder à custa das negociatas e falcatruas. A aguda crise econômica que assola o país põe em evidência a corrupção do Estado burguês. As CPIs para apurar a corrupção já demonstraram que são um fracasso. Os exemplos recentes da CPI do Orçamento são provas mais evidentes de que a burguesia é incapaz de

punir seu próprio governo e suas instituições.

A apuração da corrupção envolvendo Quércia/Fleury e a punição dos culpados somente serão feitas pelos explorados. É por isso que defendemos os Tribunais Populares, organizados pelos trabalhadores. Estes são instrumentos de mobilização, capazes de levar conseqüentemente a luta contra a corrupção. Quem deve julgar Quércia/Fleury são as massas mobilizadas e não a Justiça burguesa (parte de seu próprio governo).

Nacional

Fim da Revisão: vem aí mais crise

Terminou no último dia 31 de maio a Revisão Constitucional. Foram aprovadas apenas 6 emendas:

- 1) Fundo Social de Emergência, que criará recursos para pagar os compromissos das dívidas externa e interna.
- 2) Redução do mandato presidencial para 4 anos.
- 3) Convocação de diretores e presidentes de órgãos públicos para prestar depoimentos no Congresso.
- 4) Permissão para duplas nacionalidades.
- 5) Inelegibilidade para políticos julgados por corrupção.
- 6) Impossibilidade de renúncia aos parlamentares sob processo.

A revisão não conseguiu mexer nos itens mais importantes que eram exigência do imperialismo e objetivo de fração do grande capital nacional. Não quebrou o monopólio estatal sobre o petróleo e as telecomunicações, não conseguiu acabar com direitos inscritos na previdência, não fez reforma tributária etc.

O principal motivo da paralisia da revisão é a tremenda divisão no interior dos maiores partidos burgueses sobre essas questões. PMDB e PSDB, principalmente, estavam divididos diante dessas questões mais fundamentais. Isso porque elas abririam uma onda de quebra de empresas nacionais ligadas à petroquímica, mineração e comunicações. Quando se coloca a quebra de setores do grande capital nacional, a entrega nacional encontra dificuldades para avançar.

Também não se conseguiu aprovar uma emenda que permitisse realizar nova revisão em 1995. Com o fim da revisão, qualquer futura mudança na Constituição terá que ser aprovada por 60% dos parlamentares.

Como qualquer que seja o futuro presidente eleito, não terá maioria no Congresso, pode-se prever que o futuro governo conviverá permanentemente com a crise de governabilidade. Terá ainda maiores dificuldades de realizar mudanças na Constituição. O imperialismo continuará pressionando para efetivar sua política neoliberal.

Uma das hipóteses é a votação em separado de cada tema polêmico. De qualquer forma, estará colocada a necessidade da luta contra a entrega nacional e o ataque às conquistas sociais das massas. O caminho para fazer isso são as ações de massa, porque o parlamento corrompido encontrará uma maneira de seguir na aplicação das imposições do imperialismo. Cabe à CUT, UNE, MST e outras organizações sindicais e populares a convocação da luta contra o aumento da opressão nacional e social.

Essa luta, se efetivada, se materializará em uma frente antiimperialista. Para ser conseqüente, terá que ter à cabeça o proletariado, porque a burguesia nacional mantém ligações umbilicais com o imperialismo e não se chocará de frente com ele. Assim, a luta antiimperialista levará necessariamente ao confronto com o governo burguês, à luta anticapitalista. Por isso a defesa da frente antiimperialista é uma necessidade da situação, mas que leva à luta pela revolução proletária.



PT no Ceará sofre intervenção para não apoiar PSDB

Nacional

O PT do Ceará trabalhou para por em prática a política de alianças aprovada nos últimos encontros do PT. Já vinha discutindo há mais de um ano com PSB e PCdoB nesse sentido. Diante da polarização PMDB/PSDB nas eleições para governador, aprovou apoiar o candidato do PSDB Tasso Jereissati, que uma pesquisa Datafolha indica ser o preferido por 59% dos cearaenses que votarão em Lula para presidente.

O diretório nacional do PT decidiu intervir no processo, porque seria uma desmoralização e enfraquecimento da campanha de Lula no Ceará. Os burocratas da região mostraram-se muito mais interessados nas vantagens de

integrar um governo estadual tuca-no do que em trabalhar pela vitória de Lula e ficar sem eleger nada no estado. E os dirigentes petistas tiveram que se contrapor à aliança que eles mais desejavam anteriormente, em função de cálculos eleitorais.

Não se trata de nenhuma posição de princípio da burocracia dirigente do reformismo. Na Bahia, essa mesma burocracia fechou acordo para apoiar o PSDB de Divaldo Suruagy, em troca do apoio do grupo de Waldir Pires a Lula, ou um milhão de votos. No caso do Ceará, o que aconteceria, seria o contrário, o PT iria perder votos para o PSDB.

Apesar da intervenção nacional, a política predominante permaneceu. O candidato escolhido, Joaquim Cartaxo, foi indicado apenas pelo bloco majoritário, que era favorável à coligação no primeiro turno. O que vai acontecer é que vão apoiar Jereissati no segundo turno, se este não puder mais roubar votos de Lula.

O PSTU estava louco para fazer parte da frente. Ali é representado pelo grupo da deputada Maria Luíza Fontenelle, ex-prefeita de Fortaleza, ex-PT, ex-PSB. Nenhuma restrição anterior à aliança com o PSDB, nem quanto a qualquer outra aliança, nem quanto à política do PT. Mas o PT do Ceará vetou o PSTU na frente, por desavenças anteriores com Maria Luíza e por receio de perder votos junto à classe média. Como se vê não é coincidência a semelhança com as negociações, vetos e outras atitudes típicas dos partidos burgueses.

Agora o PSTU teve que lançar candidatos sozinho. Será mais difícil eleger alguém, por causa da legislação eleitoral, que privilegia as legendas e coligações. O PSTU implorou para participar de uma frente popular que apoiará veladamente o PSDB de Jereissati só para ter a chance de se eleger. Mas nem com isso conseguiu garantir a eleição de seus parlamentares. Coisas de uma política oportunista...

Campanha do Betinho de combate ao desemprego: Mais uma vez a demagogia

Os dividendos políticos alcançados com a campanha contra a fome não foram o bastante para o sociólogo Betinho. Agora propõe uma campanha para acabar com o desemprego. Para isso, chama os empresários a formar um agrupamento em defesa de mais emprego. Alla-se a proposta da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que pretende unir os sindicatos operários e a FIESP para formar uma frente para bre-

car a importação de produtos, com isso gerar mais emprego.

Pura demagogia em cima do desemprego. Sabem esses senhores que para os operários o emprego é o que há de mais importante, pois é a sobrevivência da família trabalhadora, sem ele a própria convivência social se desmorona.

A forma efetiva de lutar contra o desemprego é a unidade de todos os oprimidos contra a burguesia e seu governo, que vem impondo o mais brutal arrocho salarial e demissões com os planos neoliberais. A frente única antiimperialista cumpre um papel fundamental, pois é a unidade dos explorados, sob a direção da

classe operária, contra o regime de exploração do trabalho. O método de luta só pode ser pela via da ação direta (greves, ocupações, mobilizações etc). Somente um grande movimento de massa e independente do grande capital poderá levar uma luta consequente pelo emprego a todos e pelo salário mínimo real. A exigência de criação das frentes de trabalho para a construção de moradias populares, creches, escolas, hospitais etc e a remuneração dos trabalhadores pelo salário mínimo do Dieese são reivindicações imediatas dos trabalhadores.

Não deixemos nossas vidas nas mãos de demagogos. Queremos emprego e salário mínimo real!



V CONCURTO: Um Congresso sob a égide do reformismo petista

O V CONCURTO foi o coroamento das resoluções aprovadas nos Congressos Estaduais (CECUTs). Os delegados (2000), na sua quase totalidade, eram dirigentes sindicais. A CUT possui 2300 sindicatos filiados. O que mostra a pequena participação dos sindicatos cutistas no Congresso, que se realiza a cada três anos. Certamente, alguns sindicatos não trouxeram delegados porque não conseguiram cumprir com os altos custos de cada participante (350 dólares). A representação operária e camponesa foi extremamente reduzida e na sua maioria composta da aristocracia operária do ABC, sob o controle da política de Vicentinho e Companhia. Os escassos delegados do campesinato não expressavam a luta violenta que se trava contra os latifundiários, mas sim o pacifismo pregado pela Igreja e pela cúpula dirigente da CUT. O questionário, formulado pela CUT, revelou o perfil dos delegados: 80% eram de diretorias de sindicatos, 16% da base e somente 4% eram de oposição, sendo que 17% já estavam na direção há mais de 7 anos.

A CIOSL esteve presente através do secretário geral e trouxe consigo representantes das Centrais social-democratas de grande parte da Europa. A CGT do Brasil utilizou a tribuna para que seu dirigente (Pegado) mostrasse o trabalho comum que tem sido feito com a CUT. Os partidos políticos do estalinismo (PPS, PCdoB) e o pseudo-trotskismo (PSTU) brindavam os delegados com a possibilidade de se eleger Lula presidente da República. O discurso inflamado de Valério (candidato pelo PSTU à Câmara) dizia "derrotaremos a burguesia em outubro... que se cuide a FIESP e a UDR... o latifúndio será derrotado". Todos juntos preparam o terreno para fazer do V Concut a ponta de lança para a eleição de Lula. A presença do PT, através de Lula e José Dirceu, serviu para que Lula utilizasse do palavreado para prometer aos delegados a reforma agrária, distribuição da renda, mais emprego e mais salário.

É nesse quadro que se aprovou a continuidade da política da dire-

ção majoritária da CUT (Corrente Articulação). Que se traçou o plano de luta, que teve como eixo central a eleição de Lula. Que se aprovou o fim das CUTs regionais e a manutenção da política de colaboração de classe traçada nas Câmaras Setoriais.

Ação da CUT para o próximo período

A tese aprovada no V CONCURTO é a da Articulação. Traz como estratégia de luta contra o neoliberalismo a construção de "um projeto alternativo do campo democrático e popular". Para isso, aponta como fundamental a ocupação de espaços institucionais. Como se vê, é a política de pressão parlamentar, de eleição de mais parlamentares etc para que venham mudanças no regime de exploração do trabalho. Segundo essa visão, cabe à CUT mobilizar os trabalhadores na busca de reformas via parlamento. Nem se fala da luta de classe, ou seja, de fazer da CUT um instrumento de ação contra a burguesia. Ao contrário, deixam claro que o plano neoliberal (ação do imperialismo sobre a semicolônia) introduziu novidades na estratégia empresarial que cobram uma reciclagem das respostas sindicais. Nada mais capitulador. O Plano Neoliberal introduziu desemprego, fome e miséria para os trabalhadores. A resposta é a unidade dos explorados para derrotá-lo de conjunto. A demagogia da Articulação só serve para esconder a colaboração que tem feito com o governo e os patrões.

A preparação para a greve geral, que tem como objetivo a luta contra o Plano FHC, foi descartada com o argumento de que é necessário fazer uma ampla consulta aos sindicatos. O balanço do dia nacional de luta (23/3), que inicialmente tinha sido convocado como o dia da greve geral, serviu para mostrar que a direção majoritária da Central não irá se empenhar na mobilização direta dos trabalhadores contra o plano governamental. Mesmo apontando o dia 1 de julho (data de implantação do real) como a data

para a greve, a Articulação descartou-a. Apoiou-se na experiência das greves por fábrica, mostrando que é possível obter conquistas salariais. O exemplo das greves por empresa no ABC, realizadas após o Plano, serviu para a burocracia cutista de exemplo para se opor à mobilização geral. Na verdade, escondeu as centenas de greves ocorridas por fábrica que não obtiveram nenhuma reivindicação atendida. A experiência da consulta aos sindicatos já demonstrou que não serve de parâmetro para nada, pois a maioria dos sindicatos está sob a orientação da política reformista da Articulação.

Aprovou-se a continuidade da participação da CUT nas Câmaras Setoriais, onde se sela o pacto entre governo, patrão e trabalhador. Os burocratas mostraram as vantagens de tal acordo e não dizem uma só palavra sobre o brutal desemprego e a alta lucratividade obtida pelo patronato nessas Câmaras Setoriais. O exemplo da Câmara Setorial revela que a classe operária teve que arcar com mais desemprego e arrocho salarial. Os próprios indicadores econômicos falam por si só. Ou seja, a produção industrial se elevou em cerca de 9,5% e o PIB em 4,8%, mas o emprego continuou negativo e atualmente o índice de desemprego é de mais de 12%. Somente no setor industrial reduziu de 6,5 para 4,3 milhões o número de postos de trabalho no período de

Movimento Operário



1988 a 1993. Todos os setores produtivos diminuíram entre 20 e 25% seus postos de trabalho. Onde está a grande conquista das Câmaras Setoriais? É claro, serviram para aumentar a superexploração do trabalho. Os dados do DIEESE apontam que 44% dos trabalhadores da indústria fazem mais de 44 horas semanais. Por outro lado, houve a concentração de renda e acumulação de capital, pois a correção salarial ficou abaixo dos índices inflacionários e houve a redução da massa salarial a menos de 30% da renda do país. Onde está a vantagem de tais Câmaras? O vergonhoso é que a burocracia dirigente da CUT aponta para a ampliação das Câmaras Setoriais para todos os ramos produtivos.

Em relação a privatização, um dos pontos centrais do plano neoliberal, a Articulação demagógica reconhece que a venda das estatais tem favorecido o grande capital nacional e internacional, porém, nada de concreto foi proposto para brejar a ação privatista do governo e retomada das já privatizadas. As ações minoritárias realizadas para se opor à privatização foram um fracasso. O exemplo da CSN, Usiminas etc servem de amstras. A falta de empenho da CUT em organizar o conjunto dos explorados para combater o plano privatista contribuiu para o avanço de tal medida neoliberal. A privatização de setores estratégicos como o petróleo e telecomunicações foi adiado momentaneamente pela própria burguesia e não pela ação organizada dos trabalhadores. A direção majoritária da Central

aposta que não ser venderá tais empresas no governo Lula. E as já privatizadas? E o corte de recursos da saúde e educação (Fundo Social de Emergência) como um passo para a ampliação da rede privada?

Quanto ao problema da terra se manteve as mesmas resoluções. Isto é, defender uma reforma agrária que se volte contra o latifúndio, levando-se em conta o caráter da produção e as particularidades regionais. O que significa não lutar contra o latifúndio, raiz do grande problema da terra no Brasil, mas sim contra aqueles que são considerados improdutivos e respeitando a situação regional. Ao mesmo tempo, a burocracia da CUT se colocou contra a auto-defesa dos camponeses na luta contra os latifundiários, que vêm assassinando camponeses sem-terra. A auto-defesa dos trabalhadores contra o poder burguês é uma reivindicação democrática, de defesa da vida dos explorados. A direção majoritária da CUT ao se colocar contra a organização própria dos camponeses pobres contribui para que os latifundiários, polícia e o próprio governo continuem assassinando e despejando violentamente os sem-terra das terras ocupadas.

Como se vê, a CUT saiu do V CONCUR desarmada para enfrentar o Plano neoliberal do governo Itamar e o avanço da crise capitalista. Ao invés de potencializar o conjunto dos explorados para enfrentar, pela via da ação direta os planos traçados pelo imperialismo aprovou-se o colaboracionismo típico das relações tripartites, a presença institucional e acima de tudo o eleitoralismo do reformismo petista.

Um Congresso eleitoral

Os discursos, muitas vezes, radicalizados contra a direção majoritária da CUT se enfraqueceram quando se tratou de defender a candidatura de Lula. O PCdoB (Corrente Sindical Classista), O Trabalho, PSTU, Causa Operária etc fizeram coro com a Articulação na defesa de que nessas eleições estão em jogo "dois projetos políticos": o da burguesia e o dos trabalhadores. O Manifesto pró-Lula presidente aprovado pela quase totalidade do plenário diz: "Nós, delegados ao V CONCUR vindos das mais diversas

partes do Brasil, representando diferentes concepções políticas e sindicais e conscientes da profundidade política e da dimensão histórica da luta de classes em curso, manifestamos o nosso apoio à candidatura do companheiro Lula à presidência da República. E mais, comprometemo-nos a nos engajar efetivamente na campanha, com destaque para a organização de comitês pro-Lula Presidente em cada categoria, empresa e local de moradia...".

Trata-se da maior capitulação das correntes políticas ao reformismo. O programa do PT e do governo Lula é o de amenizar os efeitos da barbárie capitalista. É o da distribuição de renda, da reforma agrária controlada, do salário mínimo de 100 dólares e da democratização do Estado burguês. Isso nada tem a ver com as reais necessidades da classe operária e do conjunto dos oprimidos. A ilusão de que é possível através das eleições se obter um governo antilimperialista e anticapitalista é uma traição à luta dos explorados. O PSTU depositou em Lula a defesa desse programa antilimperialista e anticapitalista e exigiu brandamente que o PT abandone as negociações com a burguesia e apoie tal plano. Mas mesmo que isso não ocorra é fundamental, para os morenistas (Convergência Socialista, direção do PSTU), o apoio a Lula. Causa Operária, que procurou se diferenciar se opondo a chapa única para a direção da CUT, tratou de carregar seus discursos de apoio a Lula. Procuraram estabelecer uma diferença entre o PT e a candidatura Lula e por isso chamavam o voto em Lula e não no PT. Veja só a que ponto chega uma corrente trotsquista degenerada. O Trabalho (que ainda permanece no PT), apresentou uma "carta-compromisso" a Lula, que tinha como finalidade aprovar os pontos não contidos no programa do PT. Mas na verdade era só um desencargo de consciência, pois o que valia era o apoio incondicional já depositado. Os estalinistas (PCdoB) nem faziam exigência ao seu apoio a Lula.

O centro de todo o Congresso esteve voltado a esse apoio a Lula. A preocupação da burocracia era mostrar, que embora houvesse divergências no interior do V CONCUR, havia uma unidade maior que



era o apoio à candidatura de Lula. Não foi por acaso que surgiu uma chapa única para a direção da CUT.

A chapa única sob a direção da Articulação

O V CONCURTO foi preparado para culminar numa única chapa para a direção da CUT. A Tese-única organizada no interior da burocracia cutista teve como finalidade conter o máximo possível as divergências. Foram poucas as polêmicas e todas vencidas pelo voto majoritário dos delegados da Articulação. A não

conformação de um bloco de oposição à burocratização da Central serviu para fortalecer ainda mais a política colaboracionista desenvolvida por Vicentinho/Meneguelli. A chapa única representou a vitória do reformismo petista, incapaz de lutar conseqüentemente contra o Plano neoliberal. Significou a vitória da política que é traidora da classe operária.

Vicentinho foi eleito presidente da CUT com os votos do PSTU, PCdoB e O Trabalho. A ausência do Partido Operário Revolucionário enraizado nas fábricas e no campo

permite que o reformismo cresça e embloque as correntes políticas degeneradas. Enquanto não se estruturar o partido operário, a CUT estará à mercê desta política e não será independente. A independência de classe da Central é parte da constituição de uma nova direção, oposta ao reformismo petista. Tarefa que se impõe como necessidade urgente aos revolucionários.

A abertura de mercado e o sucateamento da indústria têxtil

Um estudo realizado pelo Instituto de Estudo e Marketing Industrial mostra o nível de sucateamento da indústria têxtil nacional. Somente um terço das indústrias está em condições de sobreviver, outro terço só pode se recuperar com injeção de recursos e o restante são irrecuperáveis.

Este mesmo estudo mostra ainda que até 1997 serão fabricadas cerca de sete bilhões de peças, 20% a mais que o volume estimado para este ano. Mas revela que este aumento na produção não fará crescer o número de fábricas ou de empregos. O que quer dizer que aumentará drasticamente o número de peças por operário, cerca de 54%, passando de 3888 peças (em 1989) para 6000 peças anuais. Trata-se do aumento da superexploração da força de trabalho nas fábricas.

As quebras acontecerão principalmente pela entrada de tecidos e confecções de fora, facilitadas pela abertura de mercado, que vem sendo praticada pelos governos pró-imperialistas desde Sarney.

As estratégias adotadas pelos patrões para responder ao processo de quebra são bem conhecidas: diminuir o número de operários sem diminuir a produção. Outra forma é a fusão de indústrias, como aconteceu entre a São Paulo Alpargatas e a Santista, passando a

ser a terceira maior fábrica de jeans do mundo, detendo 31% do mercado interno de Indigo.

A atual lei antitrust (nº 8158) estabelece que qualquer fusão de empresas, que possa resultar numa participação de mais de 20% do mercado deve ser aprovada pela Secretaria de Direito Econômico. A decisão final ficou com o Ministro Dupeyrat, que considerou que os fabricantes de jeans no Brasil estão à concorrência externa. E que isto atuaria como regulador de possíveis práticas de abuso do poder econômico.

De qualquer forma, para os operários têxteis inicia-se mais uma rodada de demissões massivas e aqueles que permanecem na fábrica serão duplamente explorados. Para isso, é fundamental travar uma luta contra as demissões. As direções de nosso sindicato já se venderam. Não farão nada contra essa ofensiva do patronato. É por isso que chamamos a construção do movimento de oposição, capaz de organizar a luta contra o desemprego e a superexploração do trabalho.

Direção do SINTSEF do Cariri quebra greve

A greve de servidores federais no Cariri não acabou, foi abortada. Na assembléia da FNS, a coordenação da delegacia sindical do SINTSEF no Cariri, dirigida pela corrente O Trabalho, defendeu a suspensão da greve. Naquele órgão existe um grande número de filiados ao SINTSEF e a direção tem grande influência. Mas diante da proposta de um companheiro da Corrente Proletária no sentido de manutenção da greve, a assembléia rachou. A proposta de O Trabalho venceu com um voto de vantagem. Foi pedida recontagem de votos, mas a mesa negou-se e ainda apelou à agressão verbal contra o companheiro.

No ano passado, O Trabalho também propôs o final da greve no Cariri quando a mesma ainda continuava a nível nacional, em ascenso.

A atitude dessa corrente mostra como uma organização que se debanda para o eleitoralismo age nos sindicatos: está mais preocupada em se manter com o controle do aparelho do que nas necessidades da classe. E não mede conseqüências para isso.



Sobre a greve dos professores e funcionários das universidades paulistas

A greve dos professores e funcionários das universidades paulistas acontece em meio a uma conjuntura

na qual predomina a ação dos governos federal, estaduais e municipais no sentido do sucateamento e privatização dos serviços sociais públicos (saúde, educação, previdência etc.). Trata-se da aplicação do neoliberalismo, que na educação se reflete na receita ditada pelo FMI desde a negociação da Dívida Externa em 1991, na qual o governo se comprometeu a trabalhar para acabar com o ensino superior gratuito e limitar as obrigações do Estado para com a educação à 5ª série do 1º grau. De lá para cá, a prática dos governantes tem sido a de reduzir cada vez mais os orçamentos da educação, que tem implicado em arrocho salarial sobre professores e funcionários, falta de manutenção adequada nas instalações escolares e de pesquisa, desatualização etc.

Nas universidades públicas isso tem levado a uma evasão de professores e funcionários que se dirigem a ocupações nas escolas e institutos privados que lhes rendem salários de três a cinco vezes superiores aos pagos pelas universidades estaduais paulistas. Somando isso a orçamentos insuficientes sequer para assegurar recontrações, as universidades vão ficando com cursos sem professores suficientes para cumprir sequer as disciplinas obrigatórias, com equipamentos sucateados pela desatualização ou falta de manutenção adequada

e impossibilita-se o cumprimento de funções pelos funcionários. Em pouco tempo não faltarão sugestões no sentido de buscar junto à iniciativa privada os recursos que já são pagos pela população e são desviados para sustentar a especulação financeira interna e externa, campanhas eleitorais e negoclatas.

Os docentes foram os primeiros a saírem à luta em defesa da sobrevivência do ensino público. Professores estaduais de 1º e 2º graus fizeram em 1993 uma greve de 79 dias, ocuparam a Assembléia Legislativa, enfrentaram a repressão da tropa de choque. O governo se manteve intransigente e não cedeu nada. Fleury mostrou disposição de enfrentar duramente os movimentos para impor o sucateamento da educação.

Recentemente, funcionários estaduais de diversas categorias estavam em greve novamente, em meio ao ascenso grevista contra o arrocho salarial que trouxe o plano FHC. Novamente o governo agiu com mão de ferro e nada cedeu.

A greve nas universidades se inicia nesse quadro, e vai ganhando força à medida que o Conselho de Reitores e o governo se mantêm intransigentes. Se a greve começa parcial, mas com muita adesão onde acontece desde o primeiro dia, ela vai ganhando cada vez mais força, a cada dia vão parando mais unidades.

Uma das características da greve é a realização de atividades conjuntas de professores e funcionários: atos públicos e manifestações unificadas, exigência de tratamento igual e negociações conjuntas. A unidade se impõe como necessidade objetiva, dadas as reivindicações e os adversários comuns.

Mas, apesar da greve ir se fortalecendo, o Conselho de Reitores mantém-se intransigente. Alega que não é possível ampliar o comprometimento do orçamento da universidade com salários além dos atuais 85%. E o governo não acena com nenhuma possibilidade de ampliar a cota do ICMS destinada às universidades, atualmente limitada em 9%.

Saída para o impasse, só com mobilização estudantil

Diante do impasse na luta entre professores e funcionários contra reitores e governo, colocava-se a necessidade de levar a mobilização para fora da universidade. A experiência de outras greves no funcionalismo público mostra que o governo Fleury está disposto a destruir os serviços sociais. Diante de uma greve, deixa a instituição pública apodrecer mas não cede. O único fato que poderia projetar a luta nas universidades para o conjunto da sociedade e aumentar a pressão sobre Fleury era a participação estudantil, que poderia transformar o movimento em luta de toda a comunidade universitária e conquistar o apoio da população.

O primeiro problema que se coloca é que uma parcela dos estudantes não percebeu que as reivindicações de professores e funcionários não são meramente salariais e corporativistas. A greve certamente afeta, em nível imediato, aos alunos, que perdem aulas e dias de férias. A conclusão equivocada que uma parte dos alunos tira é a de se colocar contra a greve, entendida erradamente como exclusiva de professores e funcionários. É o que acontece por exemplo na Faculdade de Economia e Administração da USP, onde 75% dos alunos votaram, em urna, contra a greve.

O que precisa ficar claro é que as reivindicações de professores e funcionários interessa diretamente aos alunos. Isto porque combate a política de sucateamento da universidade do governo. Exigir reajustes salariais e aumento do orçamento da USP objetiva dar condições mínimas a manter o quadro de profissionais na universidade. Os alunos querem aulas, querem bibliotecas funcionando, ônibus circulares rodando com frequência, restaurante decente etc. Isso só existirá com a permanência dos quadros humanos da universidade, que está ameaçada pelo arrocho salarial. Como se vê as reivindicações salariais são a forma que tem como conteúdo a defesa da universidade pública com qualidade de ensino e



pesquisa. Por isso são reivindicações também dos alunos. Mais do que isso, são reivindicações da comunidade universitária no seu conjunto e interessam aos assalariados em geral, que sustentam economicamente o ensino através dos impostos. Os alunos querem aulas, por isso precisam exigir que o governo atenda às reivindicações dos grevistas.

Algumas entidades estudantis perceberam a necessidade e importância da participação dos estudantes e chamaram assembleias para que os alunos pudessem se posicionar coletivamente. Em Campinas, uma assembleia de 2 mil alunos decidiu pelo apoio à greve. Em São Carlos, os alunos decidiram que não havia condições para terem aulas e decidiram pela paralisação também. Outros centros acadêmicos fizeram assembleias e permitiram aos alunos se posicionarem. Os alunos dos cursos de Letras da USP chegaram a fazer assembleia na véspera da greve e decidiram pelo apoio ao movimento. Foram imediatamente criticados em artigo na Folha de São Paulo pelo reitor Fava, da USP, dois dias depois. Mas

uma grande parte das entidades estudantis ficou paralisada diante da greve.

A alegação de que não havia estudantes nas escolas, por isso não era possível chamar assembleias não se sustenta. Colocada assim, a discussão fica de ponta-cabeça e cai-se num círculo vicioso: as entidades não convocam os estudantes porque ninguém aparece e os estudantes não aparecem porque ninguém convoca. O ponto de partida para essa discussão é se há ou não necessidade de convocação de assembleias, depois se vê como fazer, qual é o objetivo em termos de número de alunos etc.

A convocação das assembleias por curso e geral das universidades é uma necessidade objetiva do movimento. É preciso dar aos alunos a oportunidade de se manifestarem. Do contrário, fica apenas a posição dos dirigentes das entidades, expressa através de reuniões ou Conselho de Centros Acadêmicos. Sem as assembleias, os alunos ficam sem a possibilidade de deliberarem e terem posição coletiva e ativa no movimento. O que acaba acontecendo é a deliberação dos apelos formais à greve.

As assembleias poderiam deliberar pela unidade real do movimento. O que está colocado para a mobilização nas universidades é a transformação do movimento de professores e funcionários em um movimento da comunidade universitária no seu conjunto. Concretamente, existe uma greve em curso. Por isso defendemos que os estudantes deliberem nas assembleias pela greve estudantil, não apenas como greve de mais uma categoria na universidade, mas como o primeiro passo para transformar a greve de professores e funcionários em greve da comunidade universitária contra os reitores e o governo. A unidade é a única forma de elevar a força da greve para um patamar superior de enfrentamento contra um governo inflexível na destruição do ensino público e gratuito.

Educação



Não exigir a reposição de aulas agora

O Conselho de Centros Acadêmicos da USP votou uma posição ambígua diante da greve. Decidiu pelo apoio à greve. Negou-se no entanto a votar se esse apoio era incondicional ou não. Depois, deliberou que se procurasse os professores para discutir agora a reposição de aulas perdidas durante a greve. A direção do DCE da USP, defensora da proposta, argumenta que não se trata de uma condição para apoiar a greve, mas de uma necessidade dos estudantes, a ser negociada com a Adusp (Sindicato dos Professores).

Não se trata de uma discussão apenas formal. Há uma grande divergência de conteúdo nas posições. A negativa de votar o adjetivo *incondicional* é apenas expressão dessa divergência.

A discussão sobre a reposição das aulas poderia ser feita após a greve. Mas o CCA votou pela posição do DCE de discutir isso *agora, durante a greve*. Por que não depois? Porque depois a pressão sobre os professores seria menor. A quem se dirige a pressão para reposição das aulas? É claro, aos professores. A discussão de reposição de aulas durante a greve exerce uma pressão sobre (ou melhor, contra) os professores.

O fato de não haver aulas é o principal instrumento de pressão dos professores contra a reitoria e o governo. Aceitar de antemão a reposição de aulas é simplesmente transformar a greve numa transferência ou adiamento de aulas para julho. É abrir mão do principal instrumento de pressão contra os reitores e o governo. E se os professores não aceitarem a proposta de reposição? Como vai ficar o apoio dos estudantes? Por isso a posição aprovada assume um caráter ambíguo: apoio mas com pressão sobre os

professores.

Tem mais: quem pode afirmar antecipadamente que a reposição de aulas é uma reivindicação da maioria dos estudantes? Quem decidiu isso e onde? Além de errada, essa posição é antidemocrática em relação aos alunos, que não tiveram nenhum fórum onde pudessem expressar diretamente sua opinião.

Os alunos querem aulas, por isso a pressão deve ser voltada contra os reitores e o governo, para que atendam as reivindicações dos grevistas. Por isso, nada de pressionar os professores, defendamos a unidade do movimento.

PSTU contra a greve estudantil

Durante o Conselho de Centros Acadêmicos Ampliado, que reuniu CAs da USP, UNICAMP e UNESP, surgiu uma polêmica sobre a correção ou não da orientação de greve estudantil, a ser submetida às assembleias. Defendemos que não bastava trazer os estudantes até a universidade durante a greve, mas que era preciso elevar a sua participação na greve a um papel ativo, e a transformação da greve em greve da comunidade universitária. Inicialmente, alguém se colocou contra. Mas surge uma proposta de consenso de Marcelo Dantas, do PSTU: convocar os estudantes para a universidade e mantê-los no campus com atividades de entretenimento, sem greve. Onde houvesse aula, aí sim iríamos com um grupo de alunos e impedi-

ríamos o prosseguimento. Mas não chamar a greve. Como se vê, não era nenhuma proposta de consenso. Tanto é assim que o aluno que era contra a greve retirou a proposta em favor da do PSTU. Foi a proposta vencedora. O PSTU é o responsável pela não convocação dos alunos para a unidade grevista com professores e funcionários. Os dirigentes petistas agradecem, não precisaram se queimar.

O argumento do PSTU era de que uma greve iria manter os estudantes em casa e não era isso que queríamos. Falso. Os professores e funcionários em greve mantêm muitos companheiros no campus nas atividades da greve: piquetes, atos, passeatas, manifestações. Nós defendemos que os estudantes fizessem o mesmo. E perguntamos ao PSTU: qual a diferença para a greve entre o aluno ficar jogando truco em casa ou na universidade?

Sabemos que uma parcela dos militantes do PSTU não concordaram com essa posição equivocada. Que abram a discussão no seu partido para reverter essa conduta.

Uma crítica demagógica

No mesmo CCAA um militante da corrente petista Democracia Socialista propôs que se encaminhasse às entidades sindicais uma colocação que apontava o erro de não se discutir a organização do movimento conjuntamente com as entidades estudantis antes da greve. Depois, retirou a proposta.

É fato que não houve nenhuma iniciativa das entidades sindicais de convocar os estudantes para participarem da preparação do movimento. Mas também não houve nenhuma iniciativa das entidades estudantis em fazer absolutamente nada antes da greve, mesmo tendo esta sido anunciada aos quatro cantos, desde o fim do mês de abril passado, através de pichações e panfletos. Por isso não fazia sentido criticar os sindicatos sem fazer uma autocrítica das entidades estudantis.

Defendemos o fim do corporativismo e a unidade dos setores da universidade. Mas isso só pode acontecer a partir de uma mudança das direções do movimento, e da ação unitária, através de assembleias unitárias e comandos únicos de mobilização.

Professores: Eleição ao Conselho de Representantes

No dia 27.05, ocorreu a eleição anual ao Conselho de Representantes da região Oeste.

Nesse ano, elevou-se o número de candidatos de 33 (ano passado) para 56, que estavam distribuídos em três chapas: chapa 1 Articulação (30), chapa 2 da oposição (20) e chapa 3 de independentes (6). Esse crescimento expressou um maior interesse da vanguarda pela entidade e pela luta política na região, em função da combativa greve ocorrida no ano passado.

O movimento de oposição que sempre defendeu a democracia sindical e os princípios de construção de um sindicato de luta e de massa, também aumentou a sua influência na região. Além de ter dobrado o número de candidatos em relação ao ano passado, de 9 para 20, obteve tam-

bém a maioria da representação ao conselho estadual, isto é, de 25 membros elegeu 14, ou seja, elegeu 56%, dos membros, enquanto que no ano passado havia eleito 36%.

A burocracia sindical, por sua vez, teve um reduzido crescimento de 25% na quantidade de candidatos em relação ao ano passado. Apesar de ter a maioria dos candidatos (30), e ter eleito menos representantes ao Conselho Estadual, o seu principal objetivo foi atingido: retomou o controle da subsede, isto é, elegeu a tesouraria e manteve a coordenação.

Existiram vários motivos para que isso ocorresse. O primeiro deles é que houve a formação de uma pseudo chapa de oposição às vésperas do término das inscrições, que, além de reforçar a confusão junto a um setor da classe defendendo idéias genéricas e anti-principistas, também dividiu os votos da oposição. Em segundo lugar, o tempo para campanha eleitoral foi ultra reduzido a menos de uma semana, pois a oposição priorizou e se empenhou em construir a greve nas semanas anteriores. Em função disso teve regiões que sequer foram cobertas com material da oposição, como Casa Verde e Segunda DE. Em terceiro, a falta de discussão na

maioria das escolas em torno do balanço da greve, pois não houve tempo hábil. Dessa forma, possibilitou a burocracia capitanear um setor da classe que ficou resistente ao movimento grevista e que não enxergou que foi a própria burocracia que boicotou a greve desde o seu início. Esses dois fatores resultaram numa baixa votação, dos 3200 sócios somente 2400 votaram, ainda que esse número foi superior ao do ano passado (2300). Um dos obstáculos também, é a eleição nominal que procura diluir as divergências políticas.

Agora o trabalho de oposição em torno das idéias deverá avançar. Para isso, a própria chapa deverá aprofundar essa discussão para se construir em vanguarda mais consciente e poder fazer um trabalho mais regular e consistente junto à classe. O nosso próximo enfrentamento com a burocracia será no Congresso Regional que preparará para o Congresso Estadual, onde ela tentará reduzir mais ainda a democracia sindical. A chapa deverá preparar coletivamente as discussões dos temas do congresso, com o objetivo de preparar a tirada de delegados.



SAE (novo nome do SNI) quer intimidar os sem-terra

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) foi nome dado para o extinto SNI (Serviço Nacional de Informações), que agiu duramente contra os movimentos, greves e opositores no período da ditadura militar. Entre a SAE e o SNI não há diferenças, ambos servem ao Estado burguês com dados de todas as ações do movimento operário, camponês e dos partidos revolucionários. Mantém o governo e os órgãos de repressão atualizados de nomes de lideranças, locais etc para qualquer mudança que possa ocorrer no país. A democracia burguesa se assenta sobre uma ditadura civil da classe dominante e, por isso, necessita das armas (exército), da Justiça, dos serviços secretos de informações, como a SAE. Trata-se do domínio de uma classe minoritária sobre a maioria oprimida, que necessariamente se rebela, de forma instintiva ou organizada. A manutenção dos serviços de informação é a forma do Estado se preparar para a repressão aos movimentos contra o regime de exploração do trabalho.

A divulgação do relatório da SAE sobre o movimento sem-terra foi uma ameaça aberta, porque esses relatórios são frequentes. No momento em que os sem-terra divulgam as ocupações e os objetivos de ampliá-las nesse ano eleitoral, o relatório serviria para intimidá-los. O general Gilberto Serra (porta-voz do exército) diz: "em último caso, nós é que vamos manter a lei e a ordem". O próprio

exército tem também seus relatórios confidenciais, por exemplo o CIE (Centro de Informações do Exército). O CIE possui amplos relatórios sobre todo o movimento sem-terra e outros. O que prova o caráter de ameaça do relatório da SAE, pois o que não faltam ao governo são as informações dos aparelhos repressivos.

A divulgação de que o movimento sem-terra tem treinamentos paramilitares (de guerrilha) e de que utiliza a Fazenda dos Trabalhadores para formar ocupantes de terra tinha como objetivo deixar a população da cidade surpresa, porque entre os sem-terra isso é um blefe, como diz um ocupante da fazenda citada no relatório. A verdade é que os latifundiários mantêm seus jagunços, têm a polícia a seu favor e conta com o apoio do governo para assassinar os camponeses pobres e despejar as famílias violentamente. Esses sim têm todo aparato para reprimir e com certeza não tem nenhuma linha de suas ações assassinas nos relatórios confidenciais.

A burguesia utiliza de todos os mecanismos para confundir as massas e intimidá-las. Nesse momento, procura identificar o PT e a CUT com o movimento sem-terra. É só lembrar da proposta de Espiridiano Amin sobre a CPI da CUT. Agora utiliza contra Lula, na tentativa de bloquear sua ascensão à presidência da República. Esses instrumentos já são conhecidos, principalmente em época eleitoral. Cabe ao PT e a

CUT se colocarem efetivamente ao lado dos sem-terra, preparando as ocupações e a resistência. Essa é a via para se opor as intimidações do Estado.

O POR, que defende o voto nulo nas eleições gerais, tem como bandeira de luta a ocupação das terras e auto defesa contra os ataques da burguesia e seu exército. Condena o pacifismo e a não resistência dos ocupantes, pregado pelo PT, CUT e MST. Entende que o problema da terra só será resolvido com a ação direta (violenta) dos camponeses contra o poder dos latifundiários. Os assentamentos, promessa de Lula, não resolverão a fome e a miséria do campo. A solução desse grave problema da terra virá com a destruição do regime capitalista, responsável pela existência do latifúndio, da alta concentração de terra, da expulsão dos camponeses pobres, de toda sorte de violência reacionária sobre os sem-terra.

Denúncia



A desocupação da Fazenda Jangada

Os sem-terra da região de Getulina (SP) ocuparam pela terceira vez a Fazenda Jangada. Os sem-terra estavam acampados desde fevereiro nas margens da estrada que liga Getulina a Tupã. As lideranças do movimento disseram que a nova ocupação era pacífica e, portanto,

não haveria qualquer ação de resistência.

O proprietários mais uma vez entraram com o pedido de reintegração de posse e o Estado acionou a polícia para a retirada dos ocupantes. Bastou a chegada da polícia para que a liderança em assembléia propusesse a

saída da fazenda. Os sem-terra permaneceram somente três dias e voltaram para o acampamento na estrada.

A divulgação do relatório da SAE sobre as ações dos sem-ter-

ra influiu decisivamente. As próprias lideranças do movimento trataram de afirmar que a ocupação era pacífica e que não queriam nenhum confronto com a polícia. Na verdade, cederam mais uma vez às ameaças.

Num país onde 50 maiores proprietários de terra têm uma área do tamanho do estado de São Paulo, onde 3 milhões de famílias estão sem ter-

ras, onde durante 15 anos o governo só desapropriou uma área 4 vezes menor que esta, com 1200 assassinatos de trabalhadores rurais (em dez anos) a única violência é a do Estado burguês. Esta é a que assassina o trabalhador, que mutila a vida dos camponeses, que impõe a fome, o analfabetismo e as precárias condições de saúde. A situação dos sem-terra nas margens das estradas é a prova mais contundente. A luta pela terra, ocupação e resistência é o

caminho para enfrentar a violência reacionária da burguesia.

Os sem-terra não deverão arrefecer o movimento de ocupação. Ao contrário, devem preparar a auto-defesa para resistirem ao despejo promovido pelos latifundiários, polícia e seu governo. Nada de dar trégua ao latifundiários assassinos! Ocupar e Resistir! Unidade com o movimento operário! Construir os comitês de auto-defesa! Viva a luta dos sem-terra!

Denúncia

A reforma agrária de Lula e do PT

Uma das principais bandeiras da campanha de Lula é a reforma agrária. Por ser uma medida democrática de importância vital, toca fundo entre os sem-terra e os oprimidos das grandes cidades. As ilusões em uma reforma agrária aqui no Brasil vêm desde várias décadas. Será que Lula fará a reforma agrária de verdade?

Os latifúndios no Brasil estão nas mãos de oligarquias regionais e do capital financeiro, em grande parte multinacional. A aliança PSDB/PFL expressa também os interesses desses setores. A proposta de reforma agrária do PT não se coloca por expropriar a maior parte das terras desses setores,

apenas algumas terras improdutivas. Isto porque o PT sabe que para expropriar os latifúndios terá que se defrontar contra o poderio dos proprietários, com influência direta sobre o aparato repressivo do Estado.

Como enfrentar o exército armado do grande capital sem as ocupações e os enfrentamentos? O PT prefere espalhar a ilusão entre os oprimidos na possibilidade de desapropriar um setor da burguesia nacional entrelaçada com o grande capital internacional de forma pacífica supondo que estes sanguinários vão respeitar as leis, o presidente eleito etc.

Somente as massas organizadas e armadas ideológica e materialmente poderão executar tal tarefa. Mas isso depende da construção do Partido operário revolucionário.



Luta pela terra:

Tomemos o exemplo da V. Socialista.

Viva a luta do operariado e seus familiares

Os ex-ocupantes da Vila Socialista estão se juntando aos trabalhadores que pagam aluguel em Diadema para travar uma batalha por mais habitações. Na primeira assembleia do movimento foram reunidas 600 famílias, que após a assembleia ainda

realizaram uma passeata até a prefeitura.

Na próxima assembleia o objetivo é reunir 1500 famílias e realizar uma manifestação até o Palácio do governo estadual.

A proposta do movimento é que a prefeitura ou o governo contratem frentes de trabalho com remuneração do salário mínimo do DIEESE para a construção de apartamentos a serem repassados aos sem-tetos por

15% da renda para quem ganha até 3 salários mínimos e 20% para quem ganha até 8 salários mínimos. Dessa forma, se poderá aumentar os empregos, os salários e apressar a construção das casas populares!

Por moradia para todos!

Por prestação acessível

Por emprego aos desempregados!

Abaixo as empreiteiras!